

A evolução recente da geografia cultural de língua francesa*

Paul Claval**

Resumo

Existe na França uma tradição de geografia cultural que remonta ao início do século XX, baseada nos aspectos materiais da cultura, a partir de um olhar naturalista. Nos anos 1960 e 1970, a uniformização das técnicas retira da geografia cultural seu caráter essencial. Após 1980, a renovação da geografia cultural resulta, em parte, de uma nova curiosidade pela paisagem. Além da noção de geossistema, a paisagem passa a ser considerada em sua dimensão cultural, ou seja, como um dos contextos através dos quais a cultura se transmite de um indivíduo a outro, de uma geração a outra. Faz-se necessária uma aproximação entre as correntes atuais. Enquanto a geografia cultural de língua inglesa insiste no caráter efêmero das construções culturais, a de língua francesa volta-se para uma abordagem mais sintética.

Palavras-chave: Geografia francesa, geografia cultural, paisagem

Abstract

The recent evolution of cultural geography in French language. There is in France a tradition of cultural geography dating from the beginning of the twenty century, based on material aspects of the culture, according to a naturalist point of view. In the 60s' and 70s', the standardization of techniques withdraws the essential character of the cultural geography. After 1980, a cultural geography renovation can be seen, partially due to a new curiosity

* Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta, Professora do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFSC.

** Professor emérito da Universidade de Paris – Sorbone (Paris IV).

for the landscape. Besides the geo-system notion, the landscape also passes to be considered by its cultural dimension, i.e., as one of the contexts under which the culture is transmitted from person to person, and from generation to generation. An approximation between the present currents is in fact required. While the English language cultural geography insists in the ephemeral character of cultural constructions, the French equivalent tends to a more synthetic approach.

Key words: Fresch geography; cultural geography; landscape.

As pesquisas precoces, mas que declinam nos anos 1960 e 1970

Existe na França uma tradição de geografia cultural que remonta ao início do século passado. Esses estudos tratam das regiões rurais, das paisagens agrárias, da forma das casas, dos utensílios. Interessam-se pelos aspectos materiais da cultura, mas se recusam a analisar as representações, porque a geografia é concebida, na época, como uma disciplina do olhar - um olhar naturalista.

Paul Vidal de la Blache dedicou-se à descrição dos gêneros de vida, mas a orientação cultural torna-se mais sistemática em Jean Brunhes, para quem a disciplina é uma ciência da paisagem, onde todos os seus elementos devem ser interpretados. Dos anos 1930 aos anos 1960, Pierre Deffontaines é o mais importante entre os geógrafos culturais franceses.

Pierre Gourou tinha uma concepção mais original da geografia. Trabalhava sobre o mundo tropical, na Indochina (no Viena) antes da guerra, na África depois. Para ele, as diferenças notadas entre os povos, na distribuição das densidades e das formas de organização do espaço não resultam somente da riqueza mais ou menos importante dos solos que valorizam e da sofisticação mais ou menos desenvolvida das técnicas que dominam. Traduzem a variedade das técnicas sociais de disciplinamento, de vigilância e de controle próprios de cada cultura. A influência de Pierre Gourou, infelizmente, não se faz sentir fora da geografia tropical.

Eric Dardel publica em 1952 um maravilhoso pequeno livro, *L'Homme e la Terre*. Introduce, ali, idéias fundamentais: para ele, o objetivo da geografia é compreender o significado que os homens dão à sua vida – simetricamente à idéia da historicidade que ressalta o sentido que atribuem ao tempo, ele propõe falar de geograficidade. Mas os geógrafos franceses só descobrem realmente o significado de sua obra no decorrer dos anos 1970.

Nos anos 1960 e 1970, a uniformização das técnicas retira da geografia cultural, tal como era concebida desde o início do século, uma boa parte de seu interesse: ela não nos ensina mais nada sobre o presente. Torna-se somente útil para as pesquisas de geografia histórica.

Alguns geógrafos continuam, entretanto, a trabalhar neste domínio. O mais original é Xavier de Planhol, um especialista do mundo islâmico, mas ao qual se deve, também, trabalhos importantes sobre a geografia das paisagens agrárias, ou sobre os animais domésticos.

Ainda ao final dos anos 1970, muitos geógrafos são reticentes em relação à geografia cultural. Sugiro em 1980 organizar, no contexto da revista *L'Espace géographique*, um debate sobre o papel da cultura na geografia. Uma parte dos colegas presentes estava preocupada em desenvolver esse campo de pesquisa, mas uma maioria era de opinião diferente. O partido comunista não tem mais a mesma penetração entre os geógrafos como nos anos 1950 ou início dos anos 1960, mas muitos colegas continuam marcados pelas idéias que aprenderam. Para eles, a cultura pertence às superestruturas, não aparece, pois, como uma realidade primeira e essencial. As pesquisas de geografia econômica e social lhes parecem melhor convir à disciplina.

O interesse pela paisagem

A renovação da geografia cultural resulta, em parte, de uma nova curiosidade pela paisagem. Muitos geógrafos pensam que a fragmentação da disciplina em geomorfologia, climatologia, biogeografia do lado da geografia física; geografia urbana,

geografia econômica, geografia política, etc., do lado da geografia humana, impede ao estudo da terra de se renovar: a moda é a pluridisciplinaridade. Não devem os geógrafos praticar, em primeiro lugar, no interior de sua disciplina? Nesta ótica, centrar sobre a paisagem parece uma das melhores estratégias de pesquisa possível.

Desde o início dos anos 1970, vê-se desenvolver, sob o efeito desta tomada de consciência, uma apreensão ecológica da paisagem da parte dos geógrafos físicos. Constata-se em Gabriel Rougerie e mais ainda em Georges Bertrand, que inventa a noção de geossistema. Mas a análise de Bertrand vai mais longe no sentido de compreender a evolução das paisagens e os problemas ali colocados, convém olhar quais são os grupos que coabitam numa área dada e ressaltar o interesse que encontram no ambiente onde vivem e trabalham. Os agricultores não vêm além do contexto de sua atividade produtiva. O mesmo acontece para os mineiros, onde a extração da pedra é ativa, como em Sidobre que Georges Bertrand toma como exemplo em 1972. Os turistas preocupam-se, sobretudo, com a harmonia do ambiente onde vêm se descontraír. Cada grupo vê a paisagem através da lógica de uma cultura que lhe é própria. A novidade da obra de Georges Bertrand não é imediatamente compreendida na geografia humana.

A situação muda ao final dos anos 1970. A dimensão cultural da paisagem é doravante considerada. As publicações sobre este tema se multiplicam. Uma paisagem suscita reações nas pessoas que a vivem cotidianamente ou que a atravessam durante uma viagem. Seu domínio é psicológico. Gilles Sautter fala, em 1978, da paisagem como convivência. Destaca o sentimento de cumplicidade que as pessoas sentem em certos meios.

Os homens impõem à paisagem a marca de sua cultura: a maneira de dividir as terras, de construir as casas, os templos ou de se dotar de monumentos; ao mesmo tempo, a paisagem se constitui num dos contextos através dos quais a cultura se transmite de um indivíduo a outro, de uma geração a outra. Augustin Berque

sintetiza esta corrente de reflexão, destacando que a paisagem traz a marca da cultura, mas que constitui igualmente uma matriz.

O estudo da dialética da paisagem e da cultura seduz muitos pesquisadores no início dos anos 1980: geógrafos como Gilles Sautter, Yves Lacoste, Augustin Berque, Jean-Robert Pitte, um filósofo como Alain Roger, um agrônomo como Yves Luginbuhl. Jean-Robert Pitte publica, em 1984, a primeira história da paisagem francesa. Augustin Berque decide reforçar as bases da abordagem paisagística. Inspira-se no grande livro que o filósofo japonês Watsuji consagrou ao *fu-do*, a reflexão sobre a paisagem, antes da Segunda Guerra Mundial. Define novos conceitos para analisar as relações entre os homens e o meio.

A noção de espaço vivido

Armand Frémont imagina, em meados dos anos 1970, a noção de espaço vivido: ele se volta para a significação da experiência que as pessoas têm do contexto em que se desenvolvem. Sua obra, *La Région, espace vécu (A região, espaço vivido)*, publicada em 1976, faz um grande sucesso. No início de sua pesquisa, há uma insatisfação em relação às produções geográficas que dominam então a França: elas acumulam dados numéricos, multiplicam os diagramas, mas não dão o sentimento de familiaridade com os lugares que existia nos trabalhos da primeira metade do século XX.

Com a idéia de espaço vivido aparecem duas orientações importantes: 1- a atenção que convém dar à maneira como as pessoas se exprimem; 2- a consciência da significação especial que adquire a experiência dos lugares para aqueles que os habitam. A geografia não deve aparecer como a visão estrangeira de um viajante que passeia sobre a paisagem um olhar distraído. Deve dizer o que significam a paisagem, o campo, a cidade, a natureza, para as populações locais.

Jean Gallais já havia mostrado a fecundidade desta abordagem no quadro de seus trabalhos sobre o delta interior do Níger, no Mali, nos anos 1960. Esta região constitui um verdadeiro

mosaico de ambientes e povos. Cada grupo étnico faz uma leitura particular do meio ambiente: a região dos cultivadores Diola, dos barqueiros Songhai, dos pescadores Bozo não é a mesma dos criadores Peulh, que dominaram politicamente durante muito tempo o conjunto e impuseram seus quadros de referência territoriais. Não existe uma região do delta interior, mas quatro ou cinco regiões. O estudo de Jean Gallais não teve o mesmo impacto que o de Armand Frémont.

As obras literárias tornam-se fontes documentais para os geógrafos. Armand Frémont destaca assim a Normandia de Emma Bovary, aproveitando-se das indicações dadas por Gustave Flaubert em seu romance.

O sucesso da noção de espaço vivido é imenso. Deve-se ao fato de que seus fundamentos teóricos são fáceis de compreender. A utilização de fontes literárias ou pictóricas, de testemunhos biográficos ou de correspondências privadas abre muitas possibilidades.

Augustin Berque produz em 1982 o trabalho mas original neste domínio: *Vivre l'espace au Japon*. É um especialista deste país, onde viveu muito tempo, e do qual fala e escreve a língua. No seu livro, mostra que uma mesma lógica predomina na concepção que os japoneses fazem do espaço qualquer que seja a escala. Transpõem a todos os níveis o que vale primeiramente para a casa: existe uma forte oposição entre a parte interna da habitação, aquela que abriga o altar dos ancestrais, e o mundo exterior. Entre os dois, não há limite claro, mas uma série de limiares que fazem a passagem progressiva de um a outro: a casa se prolonga pela rua através da zona onde a família dispõe suas plantas verdes, e o exterior penetra no interior pela entrada ao nível do solo onde as pessoas se descalçam.

A abordagem do espaço vivido não é objeto de uma teorização sistemática, mas constitui a via mais popular entre os geógrafos que descobrem, no início dos anos 1980, a nova geografia cultural. Numa perspectiva pedagógica, oferece igualmente uma introdução fácil e concreta a este novo domínio: é

fácil de entrevistar as pessoas sobre a maneira como reagem ao espaço onde vivem, ou de analisar um romance ou um filme.

Os geógrafos franceses receberam uma formação onde se insiste sobre a importância da observação, da exatidão, de tudo que é objetivo. Não tinham o hábito de ler os trabalhos dos filósofos. Ignoraram, nos anos 1950, o que Eric Dardel propunha introduzir na disciplina. Graças à noção de espaço vivido, as abordagens fenomenológicas são enfim aceitas na geografia francesa. Descobre-se a significação da obra de Heidegger. Eric Dardel é enfim lido e apreciado.

Territorialidade e identidade

Nos anos 1970, Joël Bonnemason trabalhava no Pacífico meridional, no arquipélago recém independente de Vanuatu. Passou suas temporadas durante dez anos e viveu ali dois anos, único europeu na ilha de Tanna, uma das que mais manteve vivas as concepções tradicionais. Inspira-se na *démarche* do espaço vivido e explora as concepções que os melanesianos fazem de suas ilhas, do oceano que os banha, da natureza e da sociedade. Dedicase a seus mitos e a sua religião. Surpreende-se ao constatar os elos estreitos que as populações, com as quais convive, estabelecem entre os lugares que habitam e a sua identidade: os grupos indígenas são incapazes de se definir independentemente da terra que lhes alimenta e onde habitam; eles estão totalmente unidos a ela, eles formam a unicidade com ela. Concebem-se como seres enraizados. Toda sua mitologia caminha neste sentido.

Este tipo de territorialidade só existe em Vanuatu. Ela está muito próxima do que os antropólogos analisaram nos aborígenes australianos. Jean-Pierre Raison descreve, no mesmo momento, vínculos do mesmo tipo nos Méridas das altas terras de Madagascar, e os acha em certos grupos da África oriental. Propõe dar o nome de sociedades “geográficas” a estes tipos de culturas. Joël Bonnemaison retoma este termo.

Joël Bonnemason abre assim a via ao estudo dos sentimentos de territorialidade e seus vínculos com os sentimentos de

identidade. Propõe opor dois grandes tipos: as sociedades geográficas, e as outras. O Vanuatu fornece o exemplo mais esclarecedor das sociedades do primeiro tipo: as pessoas não podem ter identidade sem base territorial. Na maior parte dos grupos humanos, os elos entre a territorialidade e a identidade são muito menos fortes. Para os europeus ou americanos, o território de referência mais importante é a nação. Os territórios locais ou regionais só desempenham um papel reduzido. Nas diásporas, o elo entre território e identidade deixa de desempenhar um papel central no sentimento de identidade: o território torna-se simbólico. Lembra o exemplo dos judeus: eles viveram, até o fim do século XIX, sem esperança de retorno à Palestina, mas repetiam sem parar: “O próximo ano em Jerusalém!”

Uma parte importante da identidade das sociedades não geográficas, no sentido de Joël Bonnemaïson, encontra seus fundamentos nas religiões: trata-se desta vez de religiões reveladas, e não de politeísmos ou animismos, que localizam os seres e as forças divinas nas plantas, pedras ou seres. Na época moderna, as identidades aparecem cada vez mais dependentes das ideologias de progresso e das filosofias da história. O estudo dos sentimentos de identidade e de territorialidade aparece então fortemente vinculado ao das religiões.

Hoje, as ideologias de progresso e da história são objeto de múltiplas críticas: descobriu-se a fragilidade de seus fundamentos. As formas modernas do sentimento de identidade aparecem cada vez mais ameaçadas. As pessoas procuram novas fontes onde apoiar seu sentimento de pertencimento. A globalização e a uniformização das técnicas destroem os signos materiais de diferenciação. Volta-se para o passado local ou às formas antigas das religiões para poder se definir. Vivemos uma crise de identidades que se traduz pela aparição de novas formas de localismos, de regionalismos, de nacionalismos, e pelo sucesso dos fundamentalismos.

No decorrer dos anos 1980 e até sua desapareição prematura, em 1997, Joël Bonnemaïson desempenha um papel-chave no sucesso das pesquisas sobre a territorialidade.

Jean-Luc Piveau se apaixona pela maneira como os povos cristãos tiraram partido da Bíblia para pensar sua relação com o território. Retraça as mudanças que a modernização trouxe neste domínio e se dedica às interpretações da territorialidade às quais ela dá lugar.

Percepção, papel dos sentidos e representações

Já no decorrer dos anos 1970, a curiosidade pelos fenômenos de percepção se precisam. Observa-se na obra que Sylvie Rimbart consagra à paisagem urbana ou na tese de Antoine Bailly. Antoine Bailly não cessa, desde então, de retomar o tema da percepção; leva em consideração as pesquisas dos psicólogos e dos urbanistas e arquitetos.

No início dos anos 1980, as pesquisas sobre a percepção se multiplicam. Muitos geógrafos se dedicam a precisar a maneira como os grupos tradicionais percebiam os meios onde viviam, e analisam as representações que são feitas pelas populações urbanas que os descobrem por ocasião de seus deslocamentos turísticos. Qual é a imagem da montanha daqueles que habitam em permanência e vivem da exploração das pastagens de altitude, das florestas das vertentes, das planícies de ceifa nos contrafortes e dos campos dos vales? Quais as reações dos turistas? As diferenças são consideráveis. Em Grenoble, onde este tema adquire logo uma grande importância, Jean-Pierre Guérin e Hervé Gumuchian trabalham sobre a montanha dos camponeses e dos alpinistas e esquiadores. Em Pau, Chadefaud se dedica à descoberta dos pirenaicos e à construção da imagem que explica o sucesso do turismo termal.

Em Grenoble, Bernard Debarbieux aborda o problema da percepção numa perspectiva diferente: ele se pergunta sobre a importância das denominações que as populações locais dão aos lugares e às entidades territoriais, e mostra o jogo de vai-e-vem que

se desenvolve entre esses nomes locais e aqueles que forjam os pesquisadores universitários.

Outras perspectivas são exploradas. A sociedade francesa permaneceu até pouco tempo uma sociedade essencialmente continental, e ainda continua. Até o final do século XIX, as únicas populações que podiam se identificar com o mar e desenvolver um sentimento de maritimidade residiam ao longo dos litorais dos quais dependiam para viver: tratava-se de zonas onde a pesca costeira era ativa, ou de setores onde se recrutavam os marinheiros da frota de guerra ou da navegação comercial. Nos grandes portos que viviam do comércio marítimo, os armadores, os importadores e exportadores, os doqueiros e todas as profissões ligadas ao mar tinham igualmente desenvolvido uma forte maritimidade.

A situação hoje é diferente. Os efetivos empregados pela pesca ou marinha são muito menores que no passado. O papel dos portos modificou-se: o trabalho foi mecanizado, e as decisões que concernem o comércio internacional são tomadas em qualquer lugar. Quer dizer que os sentimentos de maritimidade são menos fortes e menos difundidos que no passado? De forma alguma. O turismo, os esportes náuticos, a navegação, o surf transformaram as atitudes de uma parte importante das populações do interior. Muitos só vivem em função das férias, dos momentos onde poderão estar na praia, retomar o barco de passeio, ou afrontar sobre suas pranchas as grandes ondas do oceano. Alguns não hesitam em se instalar próximo ao mar: eles tentam encontrar trabalho ali; em sua falta, tiram uma “licença sabática” e a utilizam para construir o barco que lhes permita fazer a volta ao mundo. A voga dos velhos barcos e dos velhos aprestamentos nunca foi tão forte. Jean Rieucou dedica-se, desde meados dos anos 1980, a seguir o desenvolvimento destas novas formas de maritimidade.

Os insulares consideraram, durante muito tempo, sua condição social como inferior: eram privados de um acesso fácil a muitos serviços, recebiam as notícias com certo atraso e não chegavam a participar, de fato, como os continentais, da vida política dos países a que pertenciam. Com a moda dos esportes, a

crítica dos males decorrentes das grandes cidades e os riscos de poluição que existem em muitas regiões dos conjuntos continentais, as atitudes mudaram. A insularidade é vivida hoje com orgulho: as pessoas têm o sentimento de viver melhor do que é possível no continente vizinho. Françoise Péron se dedicou durante uma quinzena de anos à análise dos sentimentos de insularidade e sua evolução.

Não teríamos a percepção dos meios que nos rodeiam se não tivéssemos órgãos sensoriais. Os geógrafos sempre tiveram essa consciência, mas se voltaram sobretudo ao papel da visão: não é a geografia uma disciplina do olhar, aquele que colocam as pessoas sobre as paisagens que lhes cercam, e aquele que o geógrafo põe sobre a carta que condensa, numa escala menor, uma grande quantidade de informações? Existe a consciência hoje do viés que provoca este interesse muito exclusivo pelas faculdades do olho. Em torno de Jean-Robert Pitte, todo um grupo de geógrafos se dedica à geografia dos ruídos, dos odores, do gosto, e ocupa-se igualmente dos aspectos negligenciados da geografia da vista - o papel das cores por exemplo. Os trabalhos se voltaram primeiramente para o gosto dos alimentos e das bebidas. Jean-Robert Pitte, que os inspirou grandemente, escreveu uma *Géographie de la gastronomie française* e organizou um importante colóquio sobre *La Géographie des restaurants*, cujos anais foram publicados. Ele tenta melhorar a formação dos estudantes neste domínio, propondo trabalhos dirigidos de degustação de vinhos, cervejas, queijos, etc.

Jean-Robert Pitte e Robert Dulau organizaram em 1996 um congresso sobre a geografia dos odores, que se constituem em fortes marcos da identidade dos lugares. Os anais foram publicados em 1998. A importante obra que Robert Dulau acaba de consagrar à *La Maison tamoule*, no sul da Índia, mostra o que a consideração aos odores pode trazer à compreensão do habitat: no sul da Índia, o espaço doméstico é tanto estruturado pelos odores que emanam de diferentes locais, o curry da cozinha, o incenso dos altares

domésticos, o odor de excremento do estábulo no fundo do pátio, quanto pelos fechamentos que dividem as peças.

Por uma abordagem mais sintética

A pesquisa cultural francesa tal qual se desenvolve nos anos 1980 possui alguns traços comuns. Ela atrai uma grande curiosidade pelos domínios até então abandonados: a paisagem como testemunha das relações entre os homens e o meio, a territorialidade e seus elos com os sentimentos de identidade, os problemas dos sentidos e da percepção. Deve ao sucesso da noção de espaço vivido ter progredido sem longos debates teóricos no seu começo.

Os pesquisadores utilizam-se, no decorrer desse período, de fontes essencialmente francesas: o sucesso das preocupações culturais é certamente contemporâneo aos movimentos que se desenvolvem no mundo anglo-saxão, ou os precedeu um pouco, se bem que não é daí que veio a inspiração. É freqüentemente na direção dos historiadores que se voltam os geógrafos: A Escola dos Anais, na sua segunda forma, aquela que triunfa ao final dos anos 1950, centra-se sobre os estudos das mentalidades. Estudar o espaço vivido, não é fazer a mesma coisa, mas numa perspectiva geográfica? Alguns historiadores são mais especificamente citados e utilizados: é o caso de Alain Corbin pelos estudos que tratam da descoberta do mar a partir do século XVIII (*Le Territoire du vide*); sua obra sobre *Le Miasme et la jonquille* é igualmente essencial para compreender a nova curiosidade pelos sentidos.

Os geógrafos franceses são reticentes em relação à filosofia crítica à maneira de Jacques Derrida ou de Gilles Deleuze. Eles adotam mais claramente Roland Barthes, cujo *L'Empire des signes* é freqüentemente citado. Tiram partido das obras de Michel Foucault, mais na geografia política que na geografia cultural. Alguns filósofos interessam-se, inversamente, por temas geográficos: é o caso, por exemplo, de Alain Roger, que centra cada vez mais suas pesquisas sobre a paisagem.

No decorrer dos anos 1990, os esforços são destinados, em cada um dos domínios que se desenvolvem desde o início dos anos 1980, à proposição de trabalhos de síntese. No domínio dos estudos sobre a paisagem, Augustin Berque consagra em 1990 uma importante obra às questões epistemológicas suscitadas pelo estudo da paisagem. Redige e publica em 1995 um ensaio para estruturar esse domínio. Paralelamente, Alain Roger reúne numa grande obra os artigos mais importantes publicados pelos pesquisadores desde meados dos anos 1970, e propõe um *Court traité du paysage*.

Joël Bonnemason organiza em 1996 um grande colóquio sobre a territorialidade, que permite precisar a situação deste campo de pesquisa. Seus anais acabam de ser publicados (*Les Territoires de l'identité: Le Territoire, lien ou frontière?* e *La Nation et le Territoire*). Ele trabalhava em uma obra sintética sobre essa questão quando a morte o surpreendeu, em 1997. O tema do espaço vivido define mais uma abordagem da geografia cultural do que um domínio específico: nada de surpreendente que não tenha dado origem a ensaios de síntese, ainda que Armand Frémont trabalhe, recentemente, sobre o que esta perspectiva trouxe para a geografia, por ocasião da segunda edição de *La Région, espace vécu*. Bernard Debarbieux se questiona se é conveniente continuar a falar de percepção para os estudos que continuam a florescer neste domínio. Trata-se mais do sentimento de uma conquista que conduz progressivamente os geógrafos a explorar os mundos interiores que explicam os comportamentos das pessoas e os sonhos que projetam sobre o mundo.

Di Méo tenta, após uma dúzia de anos, integrar a abordagem cultural numa visão sintética da geografia. Apóia-se claramente nos trabalhos de Pierre Bourdieu, e reconhece a importância das abordagens fenomenológicas na apreensão do real. Assinala, em seguida, como essas dimensões subjetivas se conjugam com os sistemas econômicos e os modos de organização da sociedade.

Sempre me pareceu necessário estruturar o novo campo que a abordagem cultural abria em geografia, de maneira a melhor assinalar sua especificidade e facilitar a abordagem pelos geógrafos

e os não-geógrafos. Criei, no início dos anos 1980, um laboratório centrado sobre o tema “Espaço e cultura”. Ele começa a funcionar regularmente em meados dos anos 1980. As pesquisas que são desenvolvidas me conduzem à publicação, em 1995, de um ensaio provisório de síntese, *La Géographie culturelle*. Minha idéia central volta-se para definir bem a especificidade da abordagem cultural; convém partir de processos em curso neste domínio. Eles pertencem a três grandes famílias. 1- Os processos de comunicação, seja analítico ou simbólico, permitem compreender como os grupos de intersubjectividade se estruturam, e como os meios de troca utilizados pesam sobre as distribuições espaciais. 2- Os processos de construção do eu fazem compreender porque a cultura não é um conglomerado amorfo de traços e experiências acumuladas, mas porque e como ela se estrutura; as retomadas e os retoques prosseguem durante toda a vida, mas é sobretudo na adolescência, no momento em que a sociedade institui seus ritos de passagem mais importantes, que as identidades se formam. 3- Os processos de construção dos além, de outros mundos, conduzem os indivíduos, através de operações mentais de descentralização, a se dotar de perspectivas sobre o nosso mundo para definir o bem e o mal, o que é e o que deve ser.

Concebida como uma análise de processo, a abordagem cultural permite estabelecer a maneira como os indivíduos e a sociedade são construídos num movimento perpétuo – o indivíduo recebe daqueles que entram em comunicação com ele, os elementos com os quais constrói sua cultura, e o conjunto daqueles que participam dos mesmos circuitos de informação e têm culturas compatíveis constitui uma sociedade.

As pesquisas sobre a abordagem cultural na geografia têm um alcance bastante geral. Impõem uma mutação fundamental na interpretação que temos de toda a disciplina: a geografia não ilustra a maneira como as sociedades e as economias, definidas independentemente de toda consideração espacial, se difundem e se organizam; ela permite compreender como a vida dos homens os conduz a interiorizar ao mesmo tempo o que seu entorno lhes

ensina e o que a experiência traz; a sociedade e a economia são produtos da atividade espacial, ela mesma estruturada pela cultura.

Cada cultura produz um tipo particular de interpretação do mundo, do meio e da sociedade. Estudar geografia, não é somente explicar o que vemos e mapeamos. É compreender os conhecimentos geográficos e as interpretações do ambiente que as sociedades que ocupam tal ou qual lugar desenvolveram. Este trabalho de descentralidade é apaixonante e condiciona a validade de tudo o que podemos dizer sobre as sociedades estrangeiras ou sobre as sociedades do passado. Tal é o tema central da etnogeografia.

A etnogeografia desenvolve-se sobretudo na França após 1990. Nesta data um importante colóquio, em Bordeaux, revelou este tema. Os anais desta reunião, publicados com atraso em 1995, fornecem numerosos exemplos de sistemas de orientações próprios a certas sociedades, de interpretações pedológicas ou de conhecimento fino da flora e da fauna locais, e da maneira de explorá-las.

A etnogeografia é igualmente importante para compreender a história do pensamento geográfico. As idéias dos geógrafos do passado não tinham necessariamente as mesmas bases ou as mesmas finalidades das dominantes hoje. Dois estudos bem o demonstraram. Christian Jacob destaca o papel do mapa no nascimento da geografia, na Grécia antiga, entre o V e o III séculos antes de Jesus Cristo. Na origem, em Ionie, a carta não se baseia na coleta de dados empíricos: é uma forma racional que se tenta impor ao real; permite ler, na escala de regiões ou de grandes conjuntos territoriais, o que os testemunhos pontuais ou lineares dos viajantes não mostravam: a existência de conjuntos coerentes. Christian Jacob mostra também que a partir do IV século antes de nossa era, a geografia desempenha um papel essencial na formação dos jovens gregos. Apesar das conquistas de Alexandre, uma boa parte da população grega vive no Egito, na Síria, na Turquia, ou ainda mais longe, em Batriane. Não há, para essas crianças da diáspora, de tradição oral local, como aprender os mitos e os fundamentos da

religião e da cultura grega. Cabe à geografia dizer onde viveram os deuses e os heróis!

Para Jean-François Staszak, quando Aristóteles estuda a atmosfera, nos *Os meteoros*, sua *démarche* não tem nada a ver com a climatologia : ele não pretende apreender a estrutura horizontal, espacial, dos ventos, da chuva, das nuvens, mas sua organização vertical. Seu problema é compreender o que se passa entre a esfera dos fixos, onde reina a perfeição e a permanência, e o mundo onde vivemos, que é aquele da poluição e da corrupção. Compreende-se então as dificuldades que sentiram os geógrafos, a partir da Renascença, para definir o domínio da climatologia: partiam de Aristóteles, depois Hipócrates lhes forneceu uma base mais satisfatória!

No que a geografia cultural de língua francesa se parece com a nova geografia cultural de língua inglesa, e em que se diferenciam?

A renovação da geografia cultural de língua francesa e da geografia cultural de língua inglesa são contemporâneas. Os dois movimentos poderiam ter tomado direções paralelas. Isso nada significa. O importante é compreender porque, e de ver o que cada uma das orientações traz.

A geografia cultural de língua francesa corresponde à uma orientação nova da curiosidade, mas não se acompanha de uma condenação explícita dos trabalhos feitos neste domínio a partir do início do século passado. Considera-se que são incompletos, mas reconhece-se sua contribuição. O contexto americano é diferente: Sauer e a escola de Berkeley fizeram da geografia cultural um dos pilares da pesquisa dos anos 1920 aos anos 1970. Desde antes da morte de Sauer, em 1975, as orientações que desenvolveu declinam: nenhum daqueles que formou conseguiu dar uma impulsão realmente nova à Escola.

James Duncan marca a abertura de uma nova era através de um artigo retumbante: “The superorganic in American geography”, publicado em 1978. Condena veementemente a proposição que

considera central na geografia cultural americana de 1925 aos anos 1970: a cultura era então concebida como uma realidade que se impunha aos homens do exterior, uma realidade «superorgânica». As conseqüências que se pode tirar deste partido inicial são capitais. São assinaladas por Richardson no comentário que propõe em 1980 em resposta ao artigo de Dumcan. Os geógrafos não devem se prender à cultura como a uma entidade: esta, enquanto realidade global, não existe. O que merece ser analisado, em revanche, são os processos pelos quais as pessoas ajustam sempre às realidades mutantes suas concepções da natureza, do meio e da sociedade, as práticas que estabelecem e os procedimentos daí decorrentes. A cultura deve ser apreendida como um processo sem fim de construção, desconstrução e atualização.

O contexto intelectual no qual se desenvolve a nova geografia cultural anglo-saxã difere daquele que predomina na França por uma outra razão. Em 1980, numerosos são os geógrafos que têm aqui uma sensibilidade de esquerda e são próximos do marxismo, ou dele se reclamam - mas a maior parte que passou pelo Partido Comunista o abandonam em algum momento entre 1956 e o início dos anos 1970. Seu marxismo permanece muito ortodoxo, muito próximo da cartilha estalinista: a prioridade é dada às infraestruturas econômicas da vida social.

Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o pensamento marxista sempre escapou ao controle sufocante dos partidos comunistas. Ao final dos anos 1970, uma das orientações mais em moda é aquela proposta pelo historiador Raymond Williams: para ele, o que importa estudar, é o papel das superestruturas, que condicionam a maneira como as infraestruturas funcionam, e que explicam como são percebidas e realizadas.

Em meados dos anos 1980, as publicações de Cedric Jameson inflamam o debate sobre as relações entre modernidade e pós-modernidade. Os geógrafos estão no primeiro plano, porque Jameson destaca, seguindo neste ponto Henri Lefebvre, que as sociedades contemporâneas, aquelas que rompem com as filosofias modernas, valorizam muito mais a importância atribuída ao espaço

do que as sociedades industriais da primeira metade do século passado.

Último elemento enfim do contexto anglo-saxão: o sucesso das filosofias críticas francesas, de Jacques Derrida em particular. Este sucesso reforça a desconfiança pelas abordagens globais. Tudo o que se pode esperar compreender, são os mecanismos particulares.

A geografia cultural de língua inglesa adquire pois características específicas: renuncia a ver na cultura um conjunto, mas a concebe como uma coleção de elementos, que tenta apreender no momento em que são forjados. Insiste no aspecto mutável, efêmero das construções culturais, e na sua reinterpretação constante.

O tema central dessas abordagens críticas é, evidentemente, a construção de categorias como raça, classe, sexo, sua evolução, suas releituras incessantes. A cultura analisada é aquela que se define em favor dos grupos marginais, os excluídos, os artistas, os pobres, as minorias ou as mulheres exploradas.

Sob a influência de Raymond Williams, os estudos sobre a paisagem são numerosos, em torno de Denis Cosgrove, mas diferem muito daqueles que são levados na França: não vão além da interpretação simbólica da paisagem e sobre a maneira como exprimem as ideologias, as preferências e os sonhos das classes dominantes.

Eis pois dois movimentos que começam no mesmo momento e para responder à mesma inquietação: a necessidade de compreender o sentido que os homens dão a tudo o que os cerca, e a preocupação de dimensionar, na organização do espaço, o que depende disso. O questionamento original é pois o mesmo, mas as orientações divergem pois o contexto intelectual não é o mesmo. Os geógrafos de língua francesa estão mais preocupados em captar os processos culturais em sua globalidade; os geógrafos de língua inglesa preferem trabalhar na escala dos fenômenos locais, e desconfiam das interpretações que sejam muito ambiciosas. O alcance de seus trabalhos é sobretudo crítico.

Uma aproximação entre as duas formas de trabalhar se impõe. Os jovens geógrafos de língua francesa trabalham nesse sentido: seguem atentamente o que se publica em inglês e colaboram voluntariamente com seus colegas de língua inglesa. Os anglofones parecem ao menos convencidos das vantagens que teriam de conhecer melhor o que é feito na França. A geografia cultural francesa oferece, entretanto, a vantagem de ser hoje melhor estruturada e de mostrar mais claramente algumas implicações profundas da abordagem cultural.

